

Direter da Ass. ao Plenário





VETO

Nº:46/96

Nego sanção ao projeto de Lei nº 444, de iniciativa de membro do Poder Legislativo que "institui normas para exposição de preços ao público e dá outras providências".

É de se reconhecer, de antemão, o alcance social do Projeto, que busca resguardar o consumidor dos prejuízos causados pela desinformação sobre o verdadeiro custo das mercadorias expostas. Entretanto, a matéria refoge à competência estadual.

Vale ressaltar, por oportuno, que a atual Constituição Federal, ao dispor sobre a repartição das competências, deixou aos Estados Membros um espaço bastante exíguo para sua atuação legislativa, vedando-lhes tudo o que tenha sido reservado para a União e para os Municípios (art. 20,21,22,29 e 30).

Na hipótese, as normas a que se refere a medida são próprias do Direito Comercial. É que, ao anunciar o preço à vista e a prazo, das mercadorias expostas, o comerciante estará formulando uma oferta pública, a que fica vinculado quando da efetivação do contrato comercial de compra e venda, matéria que se situa no campo de atuação da legislação federal (Constituição Federal, art. 22, inciso I).

Ainda que se considere o anúncio dos preços como mera divulgação do produto, as normas passariam a dispor sobre propaganda comercial, cuia regulamentação também se insere na esfera de competência da União (Constituição Federal, art. 20, inciso XXIX).

Em face do exposto, veto, em sua integralidade, o citado Projeto de Lei e o faço com fundamento no art. 65, § 1º, da Constituição Federal, por vício de inconstitucionalidade.

Encaminha-se à Assembléia Legislativa para os fins constitucionais previstos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa, 15 de julho de 1996; 107º da Proclamação da República.

MANTIDO O VOTO
COM 17 NOTOS NAO;
Ob NOTOS SIM FM
SESSAS ONDINAMIA

JOSE TARGINO MARANHÃO
GOVERNADOR

PARAÍBA Austeridade e Desenvolvimento



Estado da Paraíba

Assembléia Legislativa

Casa de Epitácio Pessoa

AUTÓGRAFO Nº

PROJETO DE LEI N9/444/96

CAS PARA

Institui normas para exposição de preços ao público e dá outras providências.

Coordenadoria de Ate

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DECRETA:

Art. 1º - Fica instituída a obrigatoriedade de exposição de preços à vista e à prazo de mercadorias expostas em vitrines de lojas e magazines instalados no Estado da Paraíba.

Parágrafo Único - deverão ficar visíveis aos clientes os preços em cada peça em exposição, condição de pagamento e variação no caso de pagamento parcelado.

Art. 2º - As empresas devem afixar em local de fácil localização, preferencialmente, junto aos caixas, tabela contendo os encargos financeiros cobrados, com juros e multas no caso de atraso no pagamento do crediário.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, em João Pessoa, 27 de junho de 1996.

Presidente



Estado da Paralba

Assembléia Legislativa

	regions	-40 110	FILLIA	ne Lu	charia
	ás Fls		Sob	No	
	EM,		/		
	Public	cado n	e Diår	in do	anda
		c ado n			
	Legis	lativo d	lo Die_		
	Legis	lativo d	lo Die_	/_	_/_
	Legis	lativo d	lo Die_	/_	_/_
	Legis	lativo d	lo Die_	/_	_/_
	Legis	lativo d	lo Die_	/_	_/_
Remet	Legis	elativo d	O DIE	/ ARIO	
Remet	Legis de 1	elativo d	io Die_	/ Anto	o

Designo Co



ESTADO DA PARAÍBA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA Casa de Epitácio Pessoa



VETO TOTAL Nº 46/96

AO PROJETO DE LEI Nº 444/96

"Institui normas para exposição de preços ao público e dá outra providência."

Autor: O Governador do Estado

Relator: Dep. Pe. Adelino

PARECER

RELATÓRIO

Apresenta-se perante esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o Veto Governamental Total nº 46/96 ao Projeto de Lei nº 444/96, o qual buscava instituir normas para exposição de preços ao público e dá outras providências.

A justificativa do Veto emoldura-se em exposição fática proferida pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, acostada ao fundamentado na Constituição Federal em seu art. 65, parágrafo 1°, por vício de inconstitucionaliodade.

Este é o Relatório

VOTO DO RELATOR

Após retida análise dos aspectos norteadores da matéria vetada, esta relatoria vem reconhecer e acatar a argumentação efetuada pelo Poder Executivo no caso em tela pois, como guardiã da Constitucionalidade e da Juridicidade das matérias, este órgão do Legislativo Estadual não pode refutar-se à sua devida apreciação e "in casu" a devida correção.



Voto pela Manutenção do Veto ao PL nº 444/96.

Diante dos estudos realizados, corroborados com a brilhante argumentação do Executivo, tão sobejamente especificada, não restou dúvida de que a matéria em questão realmente possui um vício irreparável para sua transformação em Lei, haja vista tratar-se de uma flagrante inconstitucionalidade pois, a epigrafada matéria legislativa foge ao Poder mandamental do Estado, recaindo o mesmo integralmente na União.

Assim sendo, esta relatoria é de parecer pela manutenção do Veto Governamental, por estarmos de acordo com o caráter inconstitucional do mesmo.

É o voto

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1996

Dep. Pe. Adelino RELATOR

PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, acosta-se ao brilhante voto do senhor Relator, pela menutenção do Veto nº 46/96 ao Projeto de Lei nº 444/96, como o mesmo se apresenta.

É o parecer

Sala da Comissão, em 17 de setembro de 1996

Dep. Gervásio Maia PRESIDENTE Dep. Pe. Adelino
Relator

Dep. Antonio Ivo
Membro

Dep. Vani Braga
Membro

Dep. Zenóbio Toceano
Membro

Tec.Bel.CRP.

Aprovado o Parecer en
discussão única.
Tec. Bel. CRP.

1º SECONTANIA



Assembléia Legislativa Casa de Epitácio Pessoa



Oficio nº 2.073

João Pessoa, em 19 de dezembro de 1996.

Senhor Governador,

Participa a Vossa Excelência, que esta Assembléia Legislativa MANTEVE O VETO 46/96ao Projeto de Lei nº 444 /96, objeto do Ofício GCG Nº 0296/96.

Respeitosamente,

Ao Excelentíssimo Senhor JOSÉ TARGINO MARANHÃO GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA PALÁCIO DA REDENÇÃO N E S T A / 6X17

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DU ESTADO DA PARALBA 13a. LEGISLATURA - Ia. SESSAU LEGISLATIVA LISTA DE COMPARECIMENTO DOS SENHORES DEPUTADOS

VETO Nº 46/96

SESSAO ____ OBSERVACAO ASSINATURA DEPUTADUS No. PFL 01 AERCIO PEREIRA de Lima PHDB 02 ANTONIO IVO de Medelros PHDB 03 Antonio HOMINANDO DINIZ 04 ARIANO Marie GERNANDES Fonseca PHOU 05 Aristoteles TOTA AGRA PU 06 CARLOS Marques DUNGA PHDB 07 DJACI Farias BRASILEIRO PMDB EPITACIO Leite ROLIM PII. 08 PHDB 09 ESTEFANIA Pedrosa MAROJA 10 Euridice Moreira da Silva PH. 11 FERNANDO Rodrigues de HELO PHDU LICENCIADO ::: FRANCISCA Gomes de Araujo MUITA PHDB 12 13 PI Francisco Adelino dos Santos 14 Francisco Lopes da Silva וין 15 GERVASIO Bonavides Mariz MAIA PHDD PHIDE 16 GILBRAH Gaudencio ASFURA LICENCIADO ::: 17 INALDO Rocha LEITAD PHIDB 18 JOAO Marques ESTRELA e Silva PEL 19 Joan Monteiro da Franca PDI Jose DOMICIANO CABRAL 20 PHOB 21 JOSE LACERDA Heto PFL. Jose Luiz Junior 22 I'DI 23 JOSE ROMERO de Almeida Ferreira Jose WILSON SANTIAGO 24 PDI 25 LINDULFO PIRES Neto PHDB LUIZ Albuquerque COUIO 26 11 Roberto PEDRO MEDEIROS 27 PHDB 28 ROBSON DUTRA da Silva PHDB 29 Sebastiao IIAO GOMES Pereira PHDB 30 TARCISIO MARCELO Barbosa de Lima F PDI TARCIZO TELINO de Lacerda 31 PIDB VALDECI AMORIM RODRIGUES 32 pp 33 VANI Leite BRAGA PDI 34 VITAL do Rego FILIO PDI 35 WALTER Correla de BRIID PHDB 36 ZEHOBIO TOSCANO de Uliveira PHOB SUPLENTES ASSINATURA OBSERVACA 01 ASSIS QUINTANS PEDRO PASCOAL 02 03 04